

MERCADORIA, VALOR E TRABALHO COMO RELAÇÕES NECESSÁRIAS EM *O CAPITAL* *

Wellington Trotta **

1. Introdução

A crítica da Economia Política elaborada por Karl Marx (1818-1883) só pode ser compreendida em sua extensão quando se leva em conta a categoria ideologia, isso porque tal perspectiva metodológica possibilita levantar o véu que encobre as relações sociais contemporâneas, marcadas pelo desenvolvimento do processo de produção capitalista, em que os discursos da igualdade revelam desigualdades, liberdade que se revela submissão, trabalho que se revela condenação. Porquanto é preciso, com isso, buscar na Economia Política um discurso de totalidade cujo fim é descobrir as leis que regem o surgimento, a existência, o desenvolvimento e a superação desse complexo chamado capitalismo, que vem se constituindo em um organismo vivo capaz de superar seus próprios limites de existência, mesmo que seus melhores interpretes e apologistas vejam em si suas contradições. Talvez esse modelo não esteja pronto para, dialeticamente, parir o seu sucessor. Mas seja como for, precisamos de um olhar teórico seguro para interpretá-lo sob o ponto de vista científico e não sob a ótica do bom e do mau, tão ao gosto da escola maniqueísta.

Por não pertencer ao maniqueísmo, destaco, desde logo, que em *O capital*, Marx trabalha com categorias expostas na *Ciência da lógica* de Hegel (1770-1831), em que forma e conteúdo se completam necessariamente, como também toma de Aristóteles (384-322 a.C.), principalmente de suas obras políticas-econômicas, e em especial a *Metafísica*, conceitos como valor de uso, valor de troca,¹ trabalho, *potentia*, *ato* etc. Obviamente que Marx é influenciado por esses e muitos outros filósofos, assim como todos o são, entretanto enfatizo Hegel e Aristóteles tomando por base os apontamentos dos *Cadernos filosóficos* de Lenine (1870-1924), que mesmo liderando o processo revolucionário russo de 1917, nunca olvidou ou descuidou do trabalho teórico. Portanto é o próprio texto desse grande pensador que tem a chave que possibilita a abertura de uma leitura de Marx mais profunda e intimamente ligada ao melhor da tradição filosófica. Claro que Marx não é refém da tradição com a qual rompe, todavia, seria impossível, para Marx, ser o que é sem o domínio e uso dessa mesma tradição. É notório que os grandes filósofos se

¹ ALLIEZ, Eric. *Tempos capitais*. RJ: Edições Siciliano, 1991: 45-51.

apoderam de conceitos já instituídos e depois os transformam a partir de um novo corte epistemológico; isso é recorrente na história do pensamento ocidental como necessário à superação imposta pelas lutas teóricas, que segundo Gaston Bachelard (1884-1962), são momentos de inflexão em que a polêmica se dá, historicamente, como meio às rupturas conceituais, o que o filósofo francês nomeia de *rupturas epistemológicas*.²

Mas o que se deve entender por ideologia, já que há muitos sentidos gravitando em torno dessa categoria central do pensamento marxista?

Karl Marx, ao estudar a superestrutura na formação social capitalista, apresenta o seu conceito de ideologia na obra "*A Ideologia Alemã*", escrita por volta de 1845 em parceria com Friedrich Engels (1820-1895), na qual critica os teóricos idealistas, asseverando que "*esses filósofos dão-nos apenas a história das representações, desligada dos fatos e dos desenvolvimentos práticos que lhes servem de base*",³ isto é, analisam a ordem dos fatos ideologicamente, sempre "*desligados*" da ordem real.

O termo ideologia origina-se da obra "*Elementos de Ideologia*" do pensador Destutt de Tracy (1754-1836), cuja proposta era formular uma ciência que estudasse a origem e o processo de formação das idéias nos homens. No entanto, o sentido negativo do termo "ideologia" deriva de uma declaração feita por Napoleão Bonaparte (1769-1821) ao seu Conselho de Estado, por volta de 1812, em um discurso que acusa os ideólogos, como Tracy, de construírem suas idéias desvinculadas da realidade. Nesse sentido, Marx conservou o conteúdo napoleônico do termo ideologia como um dos componentes da superestrutura, o empregando todas as vezes que uma dada idéia ensejasse o sentido de inversão da determinação do real,⁴ visão que tanto distorce como mascara a realidade.

Segundo Marx, a ideologia é uma construção mental de falsas representações da realidade, uma consciência ilusória que se produz através de mecanismos pelos quais se "*objetificam*" certas representações como sendo verdadeiras. Ao criticar a ideologia como forma invertida que determina o real dentro da experiência concreta dos homens, constituindo uma fonte de ilusões permanentes, Marx assinala que os verdadeiros problemas da humanidade não são as idéias errôneas, mas as

² BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico*. RJ: Contração, 1996: 17-18.

³ MARX, K e ENGELS, F. *A ideologia Alemã*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1999: 60.

⁴ ALVES FILHO, Aluizio. "*A ideologia como ferramenta de trabalho e o discurso da mídia*". In *Revista Comum*, vol. 5, nº 15 - Faculdades Integradas Hélio Alonso, 2000.

contradições sociais reais não percebidas que forjam, conseqüentemente, as idéias equivocadas tidas como verdadeiras. Por isso, não resolvendo os problemas concretos, os homens tentam resolvê-los sob a forma ideológica, isto é, no plano abstrato, ocultando as contradições pela reprodução das formas de pensar dominantes.

Nesse sentido, os homens são dominados pelas representações que eles mesmos constroem, e nesse caso os ideólogos interpretam o real diferentemente de como esse mesmo real está posto porque “*põem tudo às avessas*”.⁵ A ideologia ao impedir a criticidade faz com que o homem não perceba o processo de *coisificação* pelo qual passa. Isso quer dizer que todos nós somos vítimas das inversões produzidas pela ideologia. Como o pensamento dominante é uma construção da classe que dispõe dos meios de produção material, e essa classe traz consigo uma consciência de si como produto direto de suas experiências históricas, que por sua vez também foram elaboradas sob premissas *às avessas*, aqueles que estão determinados pelo pensamento dominante não percebem que suas opiniões quanto aos problemas existentes não são produtos de si, mas fora de si, mesmo que aos seus olhos pareçam ser um produto de suas construções teóricas. O processo ideológico cria um sistema de mistificações que os homens *não percebem o engodo de suas sinceras opiniões*. O pensamento ideológico tanto pode ser uma construção consciente como também inconsciente, ou seja, nem todos participam, na mesma medida, do processo de criação das idéias, pois essas, abstraído de seus formuladores, são dominantes em qualquer época da história como sistema de ilusões.

Dessa forma, levando em consideração tais premissas me proponho neste trabalho analisar, segundo *O capital*, como mercadoria, valor e trabalho estão, no pensamento de Marx, relacionados logicamente a partir das indicações de Lenine na obra já mencionada, o que farei apresentando, subsidiariamente, através de notas de pé de página, trechos de obras da tradição filosófica com a qual Marx busca subsídios.

Ressalto que a leitura que fiz de *O capital* está circunscrita aos dois primeiros volumes publicados por Marx em vida, o que não quer dizer que se ignore o conjunto da obra, muito pelo contrário, limitamos o objeto dentro de um espectro necessário ao possível aprofundamento do seu conteúdo. Entendi por bem ficar restrito a essa parte de *O capital* por questões não só metodológica como também

⁵ MARX, K e ENGELS, F. *A ideologia Alemã*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1999: 98.

de natureza teórica. Necessito trazer ao debate o ponto de vista que sustento: Marx, como qualquer outro grande pensador, constrói seu sistema de entendimento levando em conta os escombros de outros sistemas, muito embora haja por parte desses pensadores, claro que os posteriores, um profundo sentimento de respeito pelos pesquisadores anteriores como pelos coetâneos sinceramente envolvidos na busca de respostas objetivas e leais ao objeto estudado.

Dessa forma o presente trabalho está esquematicamente dividido em três partes, acrescido por uma introdução e, conseqüentemente, por uma conclusão. O primeiro tópico intitulado *Valor de uso e valor de troca: relação subjetiva-objetiva*, procura analisar a condição do valor-trabalho como um constructo do valor em si, e, dessa forma das determinações postas pelos valores de uso e de troca. Nesse tópico levo ainda em consideração a mistificação da mercadoria como um fator estritamente ideológico, isso porque, tragicamente, não tomamos o real como uma coisa em si, pensada imediatamente, mas infelizmente pelas mediações de nossas impressões subjetivas dadas por nossas condições limitadas pelo plano da necessidade.

No segundo tópico cujo título é *Mercadoria, dinheiro e capital: elementos da mais-valia*, trabalhei no sentido de desenvolver, segundo a lógica exposta por Marx em *O capital*, a mais-valia como uma conseqüência lógico-necessária de todo o modo de produção capitalista, isso porque a mais-valia só pode surgir como síntese majestosa do capital que se acumula em si mesma mediante sua inteligência sobre a ingenuidade do trabalho que pensa ser livre. Nesse mundo em que a mercadoria é meio de chamar dinheiro, e dinheiro explorar trabalho como forma de originar capital, o próprio trabalho não se vê como rejuvenescedor da mais-valia, até porque essa lei social no modo de produção capitalista é a tragédia que se abate sobre o trabalhador.

O terceiro e último tópico trata da *Força de trabalho como capital constante e gênese da mais-valia*. Procuo analisar o trabalho como fonte viva do processo de valorização capitalista (mais-valia) como, também, construtor de valoração (determinação de qualidade) do sentido social. Nesse tópico procuro deixar claro que a manutenção do salário do trabalhador é fator de subsistência do próprio processo de produção capitalista, logo, o capitalismo sobrevive como máquina de exploração de trabalho humano como, por sua vez, estimulador de desejos que se materializam em objetos desejanos de si. É curioso notar que a sobrevivência do capitalismo está na descoberta de Marx: sua contradição como força revolucionária

no modo de produção e aumento de consumo de coisas necessariamente desnecessária.

Termino o presente texto com uma conclusão onde faço algumas considerações importantes para uma retomada do Marx filósofo, humano, não um profeta ou ideólogo, mas como o maior problematizador do mundo contemporâneo.

2. Valor de uso e valor de troca: relação subjetiva-objetiva

A mercadoria é um objeto externo, uma coisa que satisfaz desejos e necessidades que se originam da imeditividade real ou daquelas condições criadas pela imaginação. A mercadoria, sob o binômio da medida quantidade–qualidade,⁶ deve ser pensada em seus diversos aspectos, pois *“descobrir esses diversos aspectos e, portanto, os múltiplos modos de usar as coisas é um ato histórico”*.⁷ Essa determinação histórica está relacionada ao modo de produção específico a partir de específicas relações de produção. Nem sempre as trocas tiveram por fim o lucro; pode-se dizer, porém, que as trocas sempre tiveram por escopo suprir necessidades, carências e interesses. Nesse sentido, os processos históricos não são configurações arbitrárias, mas sim desdobramentos de condições anteriores que se esgotaram pelas contradições das relações de produção. As trocas no mundo burguês podem ter alguma semelhança com as trocas do mundo romano, entretanto, guardam entre si especificidades próprias pela natureza intrínseca de cada processo de produção e circulação de bens concretos.

No modo de produção capitalista o valor de uso se realiza somente no uso ou no consumo da coisa, constituindo o conteúdo material da riqueza, independente de sua forma social. O valor de troca, inicialmente, aparece como uma relação quantitativa, relação em que valores de uso se trocam com valores de uso de outra espécie, por exemplo: β_x é trocado por Δ_x . Logo as mercadorias possuem múltiplos valores de troca em relação umas com as outras ou entre si. As mercadorias, em seus valores de troca, devem encontrar os seus respectivos pontos em comum. Esse ponto comum é a utilidade que lhes é dada pelo valor de uso. As mercadorias são de diferentes qualidades em razão do seu valor de uso que é dado pelo plano

⁶ HEGEL. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas*. vol I. SP: Loyola, 1995: 214: “A medida é o quanto qualitativo antes de tudo como ‘imediativo’; um quanto ao qual está unido um ser-aí ou uma qualidade (...) A medida, enquanto é a unidade da qualidade e da quantidade, é por isso, ao mesmo tempo, o ser completo”. Ver também *Ciencia de la lógica*. 2º. Buenos Aires: Ediciones Solar, 1968: 214-215.

⁷ MARX, Karl. *Os economistas*. In: “O capital”. Vol. I, Livro I. Nova Cultural: SP, 1996: 165.

da subjetividade, ao contrário do valor de troca, que por sua vez pressupõe quantidade diferente para se relacionar com a utilidade: o valor de uso.⁸

O valor do trabalho é medido pelo quantum nele contido da substância constituidora do valor: tempo de duração mais força de trabalho. Pode-se dizer que a substância do valor, qualquer que seja ele, é sempre construída pelo trabalho. Nesse caso a grandeza do valor é igual ao valor de uso determinado pelo quantum de trabalho socialmente gasto, por isso o valor de uma mercadoria é resultante do tempo de trabalho socialmente necessário à sua constituição. Nesse sentido, a força produtiva do trabalho determina-se por situações de circunstâncias diversas como: grau do trabalhador, nível de desenvolvimento da ciência, sua aplicabilidade tecnológica, combinação social do processo de produção, volume e eficácia dos meios de produção e condições naturais.

Se o valor de uma mercadoria é dado pelo quantum de trabalho, a mercadoria enquanto tal não se constitui apenas como valor de uso para o produtor, deve ser também valor de uso para outros enquanto valor de uso social, levando em consideração, obviamente, a troca. Por isso coisa alguma é desprovida de valor, isso porque é objeto de uso. Logo não se troca o mesmo objeto por outro igual: não se troca valor de uso β por valor de uso β . Nesse caso, descobrir o valor que está escondido na relação entre duas mercadorias é descobrir o caráter valorativo da mercadoria que se expressa na relação de uma com outra, tendo o trabalho não como mediação, mas fundamento de valor. Isso talvez explique a impossibilidade do valor em si e para si, ou seja, o valor não é algo natural, mas é instituído pelo valor de uso, isto é, pela subjetividade criativa a partir de condições historicamente objetivas.⁹ Como nenhuma mercadoria pode figurar como equivalente de si mesma, ou tão pouco podendo fazer de sua própria pele natural expressão de seu próprio valor de troca, ela tem de relacionar-se como equivalente a outra mercadoria O valor de uso é o corpo da mercadoria pela configuração dada, objetivamente, pela relação social.

Foi por não considerar o trabalho como categoria destinada aos indivíduos de modo geral, que Aristóteles, segundo Marx, não pode ir a fundo ao estudo do

⁸ Segundo HIRST, Paul et alii em *O capital de Marx e o capitalismo de hoje*. Vol. I. RJ: Zahar Editores, 1980: 17-19: “O que é central na teoria do ‘valor’ é a função do tempo de trabalho como um padrão social de medida (...) Marx apresenta o problema do valor de troca de uma maneira específica. Concebe a troca como uma equação, como sendo efetuada através da identidade dos objetos trocados (...) Marx concebe a troca como uma equação, expressando os valores de troca uma ‘igualdade de propriedade das coisas trocadas (identidade de seus tempos de trabalho).”

⁹ VÁSQUES, Adolfo S. *Ética*. RJ: Civilização Brasileira, 1975: 115-130.

conceito de valor implicado quanto à relação de troca existente no comércio das mercadorias, ou seja, valor igual a trabalho humano. Segundo Marx, o trabalho escravo no mundo antigo impediu Aristóteles de relacionar valor como trabalho e mercadoria. ¹⁰ Logo a mercadoria não é valor de uso e valor de troca, mas resultado da medida do valor-trabalho. Nenhuma mercadoria possui um valor em si ou mesmo isoladamente, o valor é uma expressão do valor de uso que redundará na troca de mercadorias. A mercadoria é produto do trabalho que se transforma quando esse produto torna-se um objeto de uso como propriedade objetiva, isto é, como valor. As relações de troca são determinadas pela grandeza de valor da mercadoria, em que cada uma tem seu corpo de valor que é a forma equivalente particular. Como toda mercadoria expressa trabalho humano, há expressões particulares de relação particular de mercadorias, ou seja, a mercadoria A pode equivaler a B ou a C sucessivamente. A forma corpórea da mercadoria é a encarnação visível, social, de todo trabalho humano. O valor geral que representa o resultado (produto) do trabalho expressa socialmente o mundo das mercadorias, portanto, o caráter do trabalho constitui o caráter social da mercadoria, assim, seu valor.

O trabalho é a mediação entre o homem e a natureza, muito embora o homem seja parte dessa natureza. O trabalho útil é criador de valores quando transforma a matéria-prima, fornecida pela natureza, em mercadoria. Assim, trabalho é todo um complexo de disposições orgânicas que o homem emprega na produção de algo, nesse caso o trabalho mais complexo é a potencialização do trabalho simples, logo a avaliação do trabalho determina o valor de uma mercadoria em relação à outra. A força produtiva é sempre força produtiva de trabalho útil concreto; o mesmo trabalho proporciona no espaço e no tempo a mesma grandeza de valor. As mercadorias possuem objetividade de valor porque são expressões da mesma unidade social de trabalho humano, e essa objetividade de valor é puramente social. O processo de trabalho envolve homem e natureza, e os seus elementos simples são comuns a todas as formas sociais de desenvolvimento. A mercadoria só se realiza como valor de troca quando o possuidor não se comporta diante dela como aquele que busca suas propriedades para satisfazer determinada necessidade subjetiva, ou seja, não busca o seu valor de uso.

Entretanto, qual o mistério que envolve a mercadoria? Segundo Marx o:

¹⁰ MARX, Karl. *Os economistas*. In: "O capital". Vol. I, Livro I. Nova Cultural: SP, 1996: 187.

“Mistério da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos”. ¹¹

O caráter fetichista da mercadoria é o seu segredo. No primeiro impacto a mercadoria é uma coisa comum, logo depois de algumas reflexões se observa que é muito complexa. As mercadorias se tornam fisicamente metafísicas por expressarem um suposto valor em si e para si como autodeterminação, parecendo que existe de todo sempre e não como uma transformação social dada pelo trabalho humano no devir. Do ponto de vista exterior a mercadoria é normal porque não há nada misterioso quanto ao seu valor de uso, até porque satisfaz necessidades humanas pelas suas propriedades criadas por meio do trabalho humano. O caráter místico da mercadoria surge no momento em que mercadoria \times transforma-se em algo fora de si como um não-produto do trabalho, sem dispêndio de força física cuja forma de grandeza e de valor se esconde nas nebulosas construções ideológicas sem levar em conta o trabalho como uma relação social entre produtores, mas uma bela espécie de fábula contada pela relação das mercadorias entre si.

Como o mundo da religião é um mundo a parte, onde os homens inventam seres nebulosos fora de si, o fetichismo da mercadoria é produção fantástica que faz com que as mercadorias pareçam possuir valor em si e para si, fantasmagoricamente. O caráter fetichista da mercadoria está relacionado ao *“caráter social peculiar do trabalho que produz mercadoria.”* ¹² O caráter do trabalho como algo social-total advém das relações sociais pela troca de mercadorias; nessa troca, efetivamente, se troca relações sociais. Portanto, ao se inverter tal relação se inverte também o significado da vida social. A relação de troca se dá, objetivamente, com a troca de mercadorias, mas estas não têm existência própria, logo, através delas ocorre relação social de troca de trabalho e com isso toda carga cultural expressa pela indústria humana. O caráter ideológico do mundo burguês não se processa nas relações entre pessoas, mas entre

¹¹ MARX, Karl. *Os economistas*. In: “O capital”. Vol. I, Livro I. Nova Cultural: SP, 1996: 198.

¹² MARX, Karl. *Os economistas*. In: “O capital”. Vol. I, Livro I. Nova Cultural: SP, 1996: 199.

mercadorias. Os produtores só se relacionam por meio da troca dos seus produtos de trabalho; isso quer dizer que a troca se dá como relação social. A ideologia se caracteriza justamente por pensar somente na troca de mercadorias, sendo que na verdade troca-se relação de trabalho, que pela ideologia é reificado (coisificado). Pela troca os produtos são objetivados pelo valor social igual, separado do objetivo uso.

Todo o misticismo envolvente do mundo da mercadoria desaparece quando se desvela as relações sociais do trabalho humano, em que a vida social é extensão da vida posta pelas relações de produção. Nas relações de troca temos as relações de trabalho, isso é importante ressaltar porque a forma natural do trabalho é a sua forma diretamente social, isso porque o trabalho é uma função social, e funções sociais são assim porque são funções de produção e a produção é uma função social em razão direta na satisfação de necessidades humanas. Em uma sociedade de produtores de mercadorias, a relação social geral de produção consiste na relação de produtos como mercadorias, isto é, como valores, portanto forma reificada (coisificada).

O processo de produção domina o homem e não o homem ao processo, com isso, de certa forma, encobre o olhar real sobre a natureza do trabalho. Contudo o valor de troca é uma maneira social específica de expressar o trabalho empregado numa coisa, que tem mais trabalho que matéria natural. A produção leva em conta o processo de troca, ou seja, a troca faz parte do processo de produção que se materializa na relação do possuidor das mercadorias com outros possuidores de mercadoria pela relação de vontade. Nessas relações as pessoas só existem porque são possuidores de mercadorias. No modo capitalista de produção o produtor não tem na mercadoria valor de uso direto, somente tem valor de uso para outros, do contrário, não levaria a mercadoria para o mercado. Para ele a mercadoria só tem valor de uso como meio de valor de troca. Esse valor é a capacidade de tocar o homem no sentido de um juízo: a apreciação de algo parte de um processo subjetivo determinado por relações objetivas, o valor é um ato racional de apropriação, de criação e de ordem.

3. Mercadoria, dinheiro e trabalho: elementos do capital

As mercadorias não se defrontam, mas se relacionam como produto ou valor de uso. A troca de mercadorias começa no momento em que as comunidades se

contatam. Na troca direta de produtos tem-se mercadoria como meio de troca para seu possuidor, já o equivalente para o seu não-possuidor. Mercadoria quando se torna equivalente de outras mercadorias diferentes recebe a forma equivalente social, nesse caso as mercadorias são meros equivalentes particulares de dinheiro, ao passo que este é o equivalente geral daquelas, por isso, no processo de troca a mercadoria é transformada em dinheiro, que passa a ter sua forma-valor específico. Os signos passam de simples caracteres sociais, pela inversão de sua determinação. Pode-se dizer que o dinheiro é mercadoria, todavia, a dificuldade está em definir a mercadoria como dinheiro. Uma mercadoria torna-se dinheiro porque todas as mercadorias parecem expressar seus valores nela porque ela é dinheiro. Como os homens se vêem atomisticamente no processo de produção, logo perdem a implicação de sua totalidade, não percebem como são coisificados dentro *“de suas próprias condições de produção, que é independente de seu controle e de sua consciência individual, se manifesta inicialmente no fato de que seus produtos de trabalho assumem em geral a forma mercadoria”*.¹³

Não é por meio do dinheiro que as mercadorias são medidas e sim através das relações de si e, nesse caso, resultam em dinheiro como medida de valor.¹⁴ O ouro, ao mesmo tempo em que tem seu perfil de mercadoria é equivalente, e como tal possui caráter de dinheiro, sendo padrão monetário e medida de valor, tornando-se, assim, mediação. Claro que o cobre tem seu valor a partir de si, o que confere importância, todavia, o caráter de seu valor imaginário está na relação direta que se faz de si com sua importância no processo de produção de bens. E se fizermos uma relação entre cobre e ouro no processo de produção, o ouro torna-se padrão por diversos motivos, desde o subjetivo ao objetivamente considerado metal referência desde tempos idos. Por fim, o dinheiro tem por função ser medida de valor. Já o preço é signo do valor posto na mercadoria, apresentando-se como forma monetária das mercadorias.

Como as mercadorias se medem como valor, e o dinheiro não tem sentido próprio, sendo uma forma reificada, torna-se simplesmente social porque também não passa por ser outra mercadoria. O preço, expoente da grandeza de valor da mercadoria, é expoente da relação de troca entre mercadoria e dinheiro. Por isso preço é expressão monetária da grandeza de valor de uma dada mercadoria. O

¹³ MARX, Karl. *Os economistas*. In: “O capital”. Vol. I, Livro I. Nova Cultural: SP, 1996: 217.

¹⁴ Segundo Giovanne Reale e Dario Antiseri, a medida para Hegel “é a síntese que retira – e – mantém os dois elementos anteriores [quantidade e qualidade], enquanto se coloca como a unidade do qualitativo e do quantitativo, ou seja, quantum qualitativo, vale dizer, como regra de toda operação de medida (e a regra medida, precisamente, é síntese quali-quantitativa)” *História da filosofia*. Vol. III. SP: Loyola, 1991: 131-132.

preço sem relação de valor está relacionado a ausência de trabalho humano objetivado, nesse passo o processo de troca de mercadorias *“encerra relações de contradição”*,¹⁵ e o desenvolvimento da mercadoria não suprime essas mesmas contradições como produz suas condições de sua mobilidade. A mercadoria é valor de uso e sua idealidade aparece no preço, ou melhor, a existência da mercadoria como valor *“aparece apenas idealmente no preço, que a relaciona com o ouro”*.¹⁶ Preço é a forma ideal da mercadoria, ao passo que o dinheiro é a mercadoria absolutamente alienável. O preço expressa o valor da mercadoria; o dinheiro, que por sua vez também é mercadoria é a mediação de seu movimento. O preço, segundo Marx, é a condição de a mercadoria atrair o dinheiro. O trabalho como mercadoria é apenas valor de troca do trabalhador e valor de uso de quem o consome, assim o processo social de produção torna-se independente dos indivíduos.

Venda e compra são atos idênticos pelo fato de atrair para tal relação os respectivos possuidores de mercadorias e dinheiro. Nesse caso o dinheiro é o mediador da circulação de mercadorias. O movimento do dinheiro é a expressão da circulação de mercadoria, cuja movimentação é o resultado do movimento do dinheiro. Toda essa mola do vai e vem se reduz na permanente troca de mercadoria por dinheiro. O dinheiro é meio circulante e mora na circulação, já a mercadoria sai da circulação dando lugar a uma outra que também é retirada de circulação pelo próprio dinheiro que a compra. A forma dinheiro como forma equivalente das mercadorias, objetivamente, expressa o seu valor social quando substitui historicamente o ouro como padrão equivalente no mundo do valor-mercadoria. A forma valor geral se transforma em forma dinheiro no processo histórico, no momento em que, estreito ou extenso do ponto de vista de sua atuação, passa a funcionar como equivalente geral, logo o dinheiro passou a ter o monopólio da expressão valor no mundo das mercadorias, isso porque, também, é mercadoria-dinheiro. A forma dinheiro vela, objetivamente, o caráter social do trabalho privado, por isso Marx chama a forma dinheiro-equivalência geral, forma absurda.

O curso do dinheiro aparece no processo de circulação de mercadorias. O volume de dinheiro no mercado necessariamente se determina pelo conjunto dos preços das mercadorias circulando nesse mercado. Na circulação do dinheiro ocorre um fenômeno interessante, a figura de uso transforma-se em figura de valor, ao

¹⁵ MARX, Karl. *Os economistas*. In: “O capital”. Vol. I, Livro I. Nova Cultural: SP, 1996: 227.

¹⁶ Idem, 1996: 228.

mesmo tempo em que a figura de valor se transforma em figura de uso, isso explica o processo de compra e venda como alimento do modo de produção capitalista. A moeda expressa materialmente um dado valor, e assume esse caráter circulante, portanto a moeda é o nômade do dinheiro. A existência funcional do dinheiro oferece a condição de existência ao aspecto material do dinheiro, destacando-se que o dinheiro se objetiva em razão do preço das mercadorias; o dinheiro é signo de si mesmo, por isso é possivelmente substituído por outros signos, isso implica não sua relatividade e impossibilidade de ser em si mesmo uma essência. O dinheiro é o motor de circulação das mercadorias e sua existência forçada é garantida pelos meios coercitivos postos pelo Estado enquanto agente organizador da produção capitalista.¹⁷ O dinheiro é uma mercadoria que funciona como figura de valor, cujo passar do tempo, e no processo de sua superestimação, deixa de ser meio circulante e passa a representar um valor em si, isso porque, conforme Marx, o dinheiro passa a ser o substantivo do modo de produção capitalista; de mercadoria a meio circulante, de processador da metamorfose de compra e venda passa a ser em si o fim do sistema, algo em si mesmo. Com o dinheiro a riqueza não só é circulante como aumenta o seu número de possuidores.

18

Sendo o dinheiro externo, torna-se propriedade privada. Segundo Marx, o dinheiro é denunciado no mundo antigo como algo dissolvente da ordem moral-econômica, ao passo que a sociedade moderna o saúda como elemento princípio da vida, sinal de individualidade e de crescente expansão de si, pois a possibilidade de riqueza no mundo do dinheiro é ilimitada, visto que com e por meio do dinheiro pode-se trocar qualquer mercadoria.¹⁹

O preço fixado na mercadoria, contratualmente, mede e caracteriza a designação do comprador. A troca, como assevera Marx, na *Ideologia Alemã*, é linguagem real do processo de transformação social, nela se permutam valores e toda criação do espírito.²⁰ Nesse sentido, o dinheiro torna-se mercadoria absoluta, a única riqueza; tudo que tinha produzido sua existência, função, importância etc., torna-se meio para obtê-lo, efetivamente. Sendo figura de valor da mercadoria, o dinheiro é o produto último do processo de circulação de mercadoria, forma de

¹⁷ "... o Estado cujo fim confessado é eternizar a dominação do capital e a escravização do trabalho". MARX, K e ENGELS, F. *Obras escolhidas*. In: "Lutas de classes na França". SP: Alfa-Omega, 1977: 131. Ver também dos mesmos autores, no *Manifesto comunista* a, a clássica definição de Estado como centro administrativo dos negócios da burguesia.

¹⁸ ARISTÓTELES: *Ética a Nicômaco*, Brasília: UnB, 2001: 100 e *Política*, Brasília: UnB, 1997: 21-28.

¹⁹ LOCKE, John. *Segundo tratado do governo civil*. SP: Ibrasa, 1963: 30-33.

²⁰ MARX, K e ENGELS, F. *Ideologia Alemã*. SP: Hucitec, 1999:37.

aparição do capital porque se diferencia, em primeiro lugar, quanto ao aspecto circulação simples de mercadoria como relação de venda para comprar, constituindo um meio para o grande fim que está fora da circulação, a satisfação subjetiva: apropriação de valores de uso.

O dinheiro como forma autônoma do valor, tanto constitui ponto de partida como ponto de chegada no processo de valorização. Tanto assim que a mercadoria é dinheiro para o capitalista. Comprar para vender mais caro permanentemente, como um fim necessariamente em si, toma o preço como um pressuposto dado com o sentido de, ao estabelecer um valor, possa apresentar a mercadoria no mundo das trocas. Dessa forma, para Marx, o comércio ²¹ não é fonte de mais-valia, ²² esta opera no processo de produção em que o operário entrega o seu sobretrabalho sem nenhuma paga, ao passo que nas transações comerciais é o lucro como razão de troca: ato cujo fim é transformar as *meias do comerciante em dinheiro*. ²³

Mas o que é um capitalista, pergunta Marx? Um acumulador consciente do movimento que torna dinheiro em capital, o possuidor de dinheiro que transforma a valorização do valor, ou a circulação do dinheiro como finalidade em si mesma. Portanto, o objetivo da circulação do dinheiro é o capital como valorização do valor, assim o valor de uso é meta mediata, isto é, meio pelo qual o capital circula no sentido de que uma mercadoria é comprada para satisfazer necessidades imediatas.

Na lógica de *O capital* a mais-valia não é produzida pelo ato do comércio, pois se a mais-valia fosse uma relação extraída do comércio, o vendedor teria que só vender sem comprar para produzir. Se há equivalência na permuta não há mais-valia. Na circulação, segundo Marx, o capital é a determinação da organização econômica da sociedade moderna. E citando Aristóteles, ²⁴ alega que sendo a função do dinheiro a facilitação da circulação de mercadorias, o dinheiro acabou

²¹ MARX, Karl. *Os economistas*. In: "O capital". Vol. I, Livro I. Nova Cultural: SP, 1996: 276-281.

²² Por produção da mais-valia absoluta entende-se o prolongamento da jornada de trabalho além do tempo necessário para o operário fornecer um equivalente de sua manutenção e a outorga desse sobretrabalho ao capital, constituindo a base geral do sistema capitalista e o ponto de partida da mais-valia relativa. Repetindo, entende-se por mais-valia absoluta à mais-valia produzida pelo simples prolongamento da jornada de trabalho, enquanto a mais-valia relativa, ao contrario, promove a abreviação do tempo de trabalho necessário e da modificação correspondente na grandeza relativa das duas partes de que se compõe a jornada: a mais-valia absoluta afeta apenas a duração da jornada de trabalho, ao passo que a mais-valia relativa transforma inteiramente seus processos técnicos e suas contribuições sociais. Mais-valia absoluta: prolongamento da duração do trabalho; mais-valia relativa: trabalho acima do grau médio.

²³ MARX, Karl. *Os economistas*. In: "O capital". Vol. I, Livro I. Nova Cultural: SP, 1996: 279.

²⁴ Idem, 1996: 186-188.

sendo usado para obter mais dinheiro. A mercadoria contém um quantum de trabalho, isto é, o seu valor, conforme determinadas leis sociais, ao contrário o possuidor de mercadorias pode, por meio de seu trabalho, formar valores, mas não valores que se valorizam. O valor é determinado pelo quantum de trabalho.

A modificação do dinheiro em capital não pode ocorrer no próprio dinheiro, pois o dinheiro como meio de compra e pagamento realiza o preço da mercadoria. O capital também não se origina da revenda da mercadoria, isso porque esse ato apenas retransforma a mercadoria de sua forma natural em dinheiro. Para transformar dinheiro em capital o capitalista precisa encontrar o trabalhador na condição de liberdade: livre no sentido que possa encontrar o trabalhador pondo a venda sua força de trabalho; livre também porque não vende outra mercadoria senão a sua própria força de trabalho, já que o valor de sua força de trabalho está determinado, o que de certa forma duvida-se da liberdade dentro ou fora da condição burguesa.

A transformação do dinheiro em capital se dá pelos meios objetivos de produção (mercadoria) e pela exploração da força de trabalho, isso porque o trabalho é fonte de valor. Nesse caso o valor da força de trabalho é tomado como o de qualquer outra mercadoria: pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção. Logo, o processo de produção capitalista é o processo de trabalho pelo fato de o processo de produção do capital ser um processo de trabalho porque foi meio de trabalho útil, criando-se, assim, novos e permanentes valores de uso. O que cria o valor é o trabalho real, por isso os processos de trabalho e de valorização constituem o processo de produção de capital. Capital e trabalho se criam mutuamente no mesmo processo pelo fato da reprodução do capital instigar as múltiplas dimensões das relações sociais, nesse caso a produção da riqueza é uma criação de sua reprodução (recriação).

Uma mercadoria para ser mercadoria não pode ser produzida como meio de subsistência, há de ter uma separação na relação de valor de uso e valor de troca; o modo de produção capitalista tem por premissa tal separação, ou se quisermos: tudo no modo de produção capitalista, necessariamente, vira mercadoria, visto que é a forma geral de riqueza. Dessa forma a condição histórica do capital não está na circulação mercantil e monetária, sua condição se caracteriza da seguinte forma: o trabalho assume para o próprio trabalhador condição de mercadoria, que por sua vez é vendida sob o pagamento de salário, daí o trabalho assalariado ser um dos elementos do modo de produção capitalista, uma outra mercadoria qualquer

possuidora de valor. É bom esclarecer que a força de trabalho representa um quantum de trabalho social médio nela determinado, nesse caso a força de trabalho é uma mercadoria encontrada no mercado. Se a força de trabalho é posta a venda como mercadoria pertencente ao operário, e a força de trabalho é o seu próprio possuidor, nesse caso tendo o sentido de personalidade,²⁵ essa personalidade também, contraditoriamente é uma mercadoria.

No entendimento de Marx a força de trabalho pressupõe indivíduo vivo, o que consiste que este indivíduo precise de meios de subsistência para a produção de sua manutenção. O indivíduo precisa de certa quantidade de meios de subsistência, nesse caso a totalidade da subsistência do trabalhador deve ser suficiente para se manter ao mesmo tempo em que produz riqueza. As necessidades e os meios de satisfazê-las são condições históricas. Como o capitalista precisa transformar dinheiro em capital, ele toma a força de trabalho como condição necessária dessa empreitada, mas para isso precisa garantir, por meio de salário, a totalidade das condições mínimas à subsistência do trabalhador, bem como de sua família, visando, com isso, a reprodução da mão-de-obra como condição de perpétua mais-valia. O salário pago é tão somente necessário à reprodução da força de trabalho, que como valor se expressa no resultado da soma das mercadorias consumidas pelo trabalhador. O trabalhador fornece crédito ao capitalista, isso porque essa é a gênese do capital: toma a força de trabalho do operário como crédito por preço fixo cujo pagamento é futuro, para com isso vender a produção cujo preço já tem o lucro embutido (sendo uma das formas de apropriação de riqueza do capitalista sobre o operário), fora o valor acrescido de outras despesas. A produção da mais-valia é a gênese do capital, por isso Marx assevera que sua existência é dada ora pela circulação, ora pela não-circulação. Nesse sentido, Marx assinala que o trabalho é sua própria condição, e que a força de trabalho, inerente ao trabalhador, é o trabalho como ato-forma.²⁶

²⁵ O salário é o preço da força de trabalho e não do trabalho. A força de trabalho é mercadoria do trabalho vendida ao capitalista. O capitalista compra o direito de explorar a força de trabalho durante um determinado tempo, isto é, a jornada de trabalho, onde o operário não só produz o trabalho necessário a sua subsistência, mas um trabalho excedente, logo o capitalista amplia esse esforço de trabalho até o nível socialmente necessário: o pagamento do salário mediante a venda da força de trabalho. A classe trabalhadora é paga com o produto do seu próprio trabalho como adiantamento ao capitalista. O que o capitalista devolve ao trabalhador sob forma de salário é a aquisição dos recursos necessários a vida do trabalhador e sua família, que por sua vez é o necessário ao processo de produção capitalista. O consumo individual do trabalhador é o fio condutor que o torna submetido ao processo de produção capitalista.

²⁶ ARISTÓTELES. *Metafísica*. SP: Loyola, 2002: “Chamo matéria, por exemplo, o bronze; forma a estrutura e a configuração formal; sínolo [composto] que resulta deles, isto é, a estátua.” 293; “Depois de ter tratado da potência com relação ao movimento [devir], o ato é o existir de algo (...) E o ato está para a potência como, por exemplo, quem constrói está para quem pode construir, quem está desperto para quem está dormindo, quem vê para quem está de olhos fechados mas tem a visão, e o que é extraído da matéria

Mais uma vez trabalhando com categorias aristotélicas como ato e potência, expostas na obra fundamental do estagirita, a *Metafísica*, Marx enfatiza que o trabalho se torna ato quando o operário materializa sua força de trabalho em alguma substância (matéria-forma), nesse caso as mercadorias. O trabalho é potência enquanto possibilidade, ato no momento em que processa a transformação da realidade. O trabalho é materializado em mercadorias, representada pelo valor de uso. O que Marx deseja constatar é que todo processo de trabalho é sempre uma relação entre o homem e as condições naturais existentes ao seu redor, sendo assim, o trabalho é um processo transformador da ação humana sobre a matéria natural enquanto força natural. Toda ação no processo de trabalho é um conjunto de dispêndio de força corporal, envolvendo todo o organismo humano. Marx assevera que ao modificar a natureza o homem modifica suas condições de existência, com isso transforma sua realidade e, por conseguinte, a si mesmo. A modificação de si mesmo implica, primeiramente, na transformação de suas condições objetivas de vida, por sua vez implica na mudança de suas representações. Destaca-se, ainda, que o homem tem a natureza como um conjunto de possibilidades, ou de potência, face sua força especial de concretização. Nesse caso o único animal que trabalha é o homem, isso porque o trabalho não sendo somente condição física é um dado da consciência que percebe mudanças e as opera na relação dos valores. O trabalho é força dialética de transformação: idealização-materialização, isso em razão do homem possuir inteligência capaz de organizar a natureza para o seu próprio proveito. Assim, trabalho é: esforço físico mais vontade subordinados à orientação inteligente. A natureza e seus elementos como peixe, minério etc., são considerados objetos de trabalho, isto é, matéria-prima que serve na transformação de objetos a satisfazer necessidades humanas. Matéria-prima é todo objeto de trabalho que extraído da natureza, sofreu transformação, sendo, portanto a base para produção de bens secundários, entendidos como industrializados.

4. Força de trabalho como capital constante: gênese da mais-valia

para a matéria e o que é elaborado para o que não é elaborado. Ao primeiro membro dessas diferentes relações atribuí-se a qualificação de ato e ao segundo a de potência.” 411.

Segundo Giovanni Reale, historiador italiano da filosofia, sobretudo no que concerne ao pensamento antigo: “A doutrina da potência e do ato é, do ponto de vista metafísico, de grandíssima importância (...) Com ela Aristóteles resolveu perfeitamente o problema da unidade da matéria e da forma: a primeira sendo potência, a segunda, ato ou atuação da mesma”. *História da filosofia antiga*. Vol II. SP: Loyola, 1994: 363-364.

Os elementos naturais são condições possibilitantes de manipulação do objeto de trabalho; observa-se que o meio é uma espécie de mediação entre o trabalho e o objeto de trabalho. Os meios conferem os objetivos, assim como a terra é a despensa original do homem, constituindo não só como objeto, mas também na qualidade de meio de trabalho. O processo de trabalho é especificamente humano por condição dos meios usados e ao mesmo tempo criados pelo homem. Os meios de trabalho constituem um retrato das condições objetivas dos homens historicamente, marcando, com isso, o seu grau de desenvolvimento intelectual, moral e social, já que retratam como os homens se organizam socialmente para produção de seu sustento. Os meios de trabalho marcam, culturalmente, um determinado modo de processo de trabalho, que conta como atividade através das condições objetivas pelas quais o trabalho se efetua, ensejando possibilidades na transformação do objeto, ou seja, o objeto de trabalho modificado na produção sofre a ação do trabalho por meio das condições sociais do trabalho.

Como no processo de trabalho há uma relação entre potencia e ato, isto é, entre o que é e o que pode ser a partir do que é dentro de si, o ato já está na potência, como o fruto na semente,²⁷ o produto (objeto de trabalho) uma vez gera um valor de uso às necessidades humanas, o que servirá como base ao valor de troca no processo de mercantilização. No processo de trabalho o trabalho une-se com o objetivo: a produção de um determinado objeto. A força de trabalho se deu na forma do objeto como processo a partir de meios possibilitantes como objetivo, que é trabalho, por sua vez objeto; foi aquele pensado e posto à prova no processo de trabalho.

No processo de trabalho o seu resultado aparece pelo valor de uso, isso como produto, o que constitui resultado do trabalho objetivado. Nesse sentido, Marx assinala que o produto é condição do processo de trabalho como resultado da força de trabalho. Assim, o processo de trabalho não é só trabalho de uma geração, mas de diversas gerações, uma espécie de conhecimento acumulado. Marx aponta para o fato de que o objeto possuindo múltiplas propriedades enseja diversas aplicações em razão de inúmeras possibilidades. Um produto pronto para o consumo pode tornar-se matéria-prima de outro produto. Nessa condição matéria-prima é produto semi-elaborado ou, segundo Marx, produto intermediário. Torna-se

²⁷ HEGEL, F. *Fenomenologia do espírito*. VOL.I. Petrópolis, 1998: 22: “O botão desaparece no desabrochar da flor, e poderia dizer-se que a flor o refuta; do mesmo modo que o fruto faz a flor parecer um falso se-aí da planta, pondo-se como sua verdade em lugar da flor: essas formas não só se distinguem, mas também se repelem como incompatíveis entre si”.

potentia para outros fins, isso quer dizer que no permanente processo de produção, objetos e meios alternam-se de posição. O trabalho como força viva apoderar-se dos meios com o fim de valores de uso reais. Nesse caso os elementos materiais do trabalho são o objeto e seu meio.

Outro dado importante é que o processo de trabalho é processo de consumo. O processo de consumo do produto torna-o meio do processo de produção distinto do consumo individual onde o processo de produção finda. O processo de consumo leva em conta o processo de trabalho como força viva no modo de produção capitalista, que conta, é óbvio, com o indivíduo vivo como consumidor e gastador impelido pelo processo de subsistência. O produto de consumo indivisível é o próprio consumidor por ser ele, o consumo individual, a extinção do produto em si, eliminando a possibilidade do produto se tornar meio para outro fim. Já, em outra perspectiva, o resultado do consumo produtivo se torna produto distinto do consumidor porque é força viva como meio no processo de produção capitalista.

Nesse caso meios e objetos se tornam produtos do processo de produção, em que o processo de trabalho consome produtos e os transforma em produtor da produção. Deve-se levar em conta que o trabalho é a força viva do processo de produção capitalista. Assim, o trabalho consome produtos para com isso gastar produtos como meio de subsistência da própria sobrevivência do modo de produção capitalista. O fim do trabalho humano, na forma de produção, visa criar valores de uso, isto é, essencialização de um objeto, valorando-o na medida em que o homem se apropria de suas formas para garantir sua vida com o objetivo de satisfazer necessidades.

Através do trabalho o homem deixa sua condição individual e passa cooperar com outro homem se tornando um agente da interação social por meio da produção de bens com fins a garantir sua sobrevivência. Entretanto, no processo de produção capitalista, o processo de trabalho torna-se uma mercadoria, cujo portador da força de trabalho, o trabalhador, apresenta-a no mercado para que o capitalista a tome para si com o fim de produção sob sua direção e ordem, segundo os interesses do lucro e do melhor aproveitamento. O produto é de propriedade do capitalista e não do trabalhador (produtor direto), que a compra mediante pagamento de x salário, tornando-se proprietário, assim, do próprio trabalho. Nesse processo conclui-se que o valor de uso da força de trabalho é o preço pago pelo capitalista a partir do interesse da produção capitalista: a força de trabalho e

seu emprego como processo são consumidos como mera mercadoria. A força de trabalho, assim como o seu produto, pertence ao capitalista, pois no processo de produção capitalista *“o processo de trabalho é processo entre coisas que o capitalista comprou. A força de trabalho é igual ao produto do processo de fermentação em sua adega.”*²⁸

O processo de trabalho que deveria ser uma relação espiritual, no sentido de realização da espécie humana, acaba por ser um fardo para o trabalhador, isso porque vendida ao capitalista, o seu preço é pago tão somente para garantir o seu nível mínimo de subsistência, e esse nível de subsistência o mantém refém do valor pago pelo capitalista à sua força de trabalho. As botas fabricadas, que constituem um progresso social em benefício do operário na fábrica, não é produzida tendo em vista esse fim, isto é, não é pelo valor de uso em si, mas pela transformação do valor de uso em valor de troca, de venda. O valor de uso só interessa enquanto meio de valor de troca, isto é, a mercadoria com fim a obter mais-valia. Segundo Marx, o capitalista objetiva duas coisas: mercadoria, e com ela a expansão da mais-valia. No entanto, se a mais-valia pudesse existir sem a produção de mercadorias seria o paraíso total para o capitalista.

Retomando. O valor de uma dada mercadoria está relacionado ao tempo empregado pela força de trabalho, por isso o valor tem por base o dispêndio da força de trabalho no processo de tempo socialmente necessário na transformação da matéria-prima. O capitalista deseja transformar o seu dinheiro em capital, nesse sentido o processo de valorização opera na produção consumindo mercadoria por meio do valor de uso. Qualquer comprador de mercadorias, inclusive o capitalista, quando compra uma mercadoria está consumindo o seu valor de uso. A transformação do dinheiro em capital se efetiva na esfera da circulação, ao passo que na esfera da produção encontra-se o processo de valorização. O capitalista transforma dinheiro em mercadorias, constituindo, por sua vez, bases para novo produto ou fatores do processo de trabalho, pois transforma tudo em capital, visto que a força de trabalho é a chave da objetivação de tudo, dando vida ao que é morto em si. Dessa forma o capital tem vida e transforma tudo porque se realizou como valor em razão da força de trabalho. O processo de valorização é um processo de formação de valor até certo ponto, isso porque a formação de valor dura até o ponto em que o valor da força de trabalho é substituído pelo seu

²⁸ MARX, Karl. *Os economistas*. In: “O capital”. Vol. I, Livro I. Nova Cultural: SP, 1996: 304.

equivalente: processo simples de formação de valor, e nesse caso o processo de trabalho *“consiste no trabalho útil que produz valores de uso”*.²⁹

A quantidade gasta pelo emprego da força de trabalho no tempo, produz, por assim dizer, um dado processo de formação de valor. O tempo que o trabalho leva é despendido de forma útil no processo de formação do valor. O trabalho contido nos meios de produção se dá por sua duração, isso quer dizer que o trabalho como formação do valor de uso é fonte do trabalho como formação de valor: *“a mais-valia resulta somente de um excesso quantitativo de trabalho, da duração prolongada do mesmo processo de trabalho”*.³⁰ Nesse caso os valores dos meios de produção são consumidos como partes integrantes do valor do produto. O trabalho é o processo mediador dessa transformação. Trabalho deve gerar valor e conservar ou transferir valor, isso porque mesmo o trabalhador não trabalhando duas vezes, mas somente uma, no tempo de trabalho, conserva o valor de algo como também agrega mais valor ao valor de algo. O trabalhador agrega tempo de trabalho como formação de valor, logo trabalho é o fator de transformação dos valores de uso, forjando, transformando, construindo e criando produtos, agregando valor no processo de produção por meio da jornada de trabalho.

Em *O capital* Marx assinala *“que o trabalhador sempre conserva valores antigos na mesma proporção em que acrescenta valor novo”*.³¹ O trabalho conserva tanto mais valor quanto mais ele agrega, por isso o valor só existe no valor de uso, numa coisa, em um objeto. O trabalho é manifestação concreta da força viva que é o homem, assim o valor é perdido na medida em que se esvai o valor de uso, isso porque se torna combustão para a fabricação de algo que se torna um valor de uso, que a seu turno perde o seu sentido de valor de uso para ser valor de troca, o que interessa, finalmente, ao processo de produção capitalista.

O valor de uso é consumido em uma unidade de produção, por meio do trabalho consumido, transferindo-se em valor de troca na figura do produto final. Isso para a figuração do valor de troca, independentemente do processo de trabalho, até mesmo pelo fato de que os meios de produção não agregam valor ao produto, somente o trabalho, logo o trabalho só agrega valor a algo na medida em que conserva o valor de algo já existente, e nesse processo o excedente enche os bolsos do capital. Como mágica, o valor de uso desaparece e renasce como valor de

²⁹ MARX, Karl. *Os economistas*. In: “O capital”. Vol. I, Livro I. Nova Cultural: SP, 1996: 313.

³⁰ Idem, 1996: 315.

³¹ Idem, 1996: 319.

uso em outra situação: o valor dos meios de produção reaparece no valor do produto, assim o valor de uso é reproduzido renascendo o antigo valor de troca.

O processo de trabalho é a força de trabalho em ação. O trabalho concreto como movimento cria valor, um valor é substituído por outro quando se cria novo valor. O processo de trabalho se prolonga além do valor da força de trabalho, isso porque, sendo capital constante, segundo Marx, parte do capital que se converte em meios de produção não alterando sua grandeza de valor no processo de produção, sendo o capital convertido em força de trabalho, gera mais valor no mesmo processo de produção.

Como a mais-valia é sempre o excedente, produzida pela força de trabalho, seu próprio equivalente produz um excedente ainda maior como capital variável, se transformando continuamente em grandeza constante. É bom salientar que a mais-valia é a diferença entre o capital constante e o capital variável, é igual ao capital adiantado que o trabalhador fornece, sem saber, por meio de sua força de trabalho, que é trabalho objetivado igual a trabalho concreto, que por sua vez é grandeza constante de valor, cuja gênese de valor é conversão de força de trabalho em trabalho concreto. O processo autônomo do valor, convertido em força de trabalho, reproduz o próprio processo de grandeza de valor e aumento de capital. Capital variável é valor que se valoriza. Parte do processo de trabalho somente produz o valor de sua força de trabalho, o valor de sua própria subsistência. Como ato de caridade inconsciente, não é o capitalista quem adianta ao trabalhador, mas o trabalhador ao capitalista.

“O valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos artigos de primeira necessidade exigidos para produzir, desenvolver, manter e perpetuar a força de trabalho (...) A força de trabalho de um homem consiste, pura e simplesmente, na sua individualidade viva”.³²

O sentido de valor da força de trabalho para o operário está relacionado ao necessário de sua subsistência de si, pago pelo capitalista trocando dinheiro por mercadoria. Essa força de trabalho se dá em um tempo chamado jornada de trabalho, que se desdobra em duas jornadas específicas. A primeira cujo salário é percebido para o citado sustento do trabalhador, e a outra, a segunda, Marx chama de trabalho excedente: trabalho despendido como mais-trabalho, chave para

³² MARX, Karl. *Os pensadores*. In: “Salário, preço e lucro”. ..SP: Abril: 1979: 81.

compreender a mais-valia. *“O trabalhador trabalhou, portanto, metade da jornada de trabalho para si mesmo e a outra para o capitalista”,*³³ muito embora nessa primeira jornada para si mesmo já, em si, haja imensa exploração. O primeiro período da jornada de trabalho é aquele em que o trabalhador por meio de sua força de trabalho opera para garantir sua subsistência, mesmo que o salário recebido seja o menor possível face ao mínimo necessário às despesas consigo e sua família. Portanto, ainda que o capitalista só pague uma parte do trabalho diário do operário, enquanto a outra parte fica sem remuneração, e ainda que esse trabalho não remunerado seja precisamente o fundo de que se forma a mais-valia, fica parecendo que toda a jornada de trabalho foi trabalho pago.

Como mercadoria, a força de trabalho tem o seu valor, que por sua vez é determinado pelo tempo de trabalho de sua produção, portanto, o valor tem por fonte o trabalho. A jornada de trabalho é variável e não constante, nesse caso uma de suas partes visa a reproduzir as próprias condições de subsistência do trabalhador, o restante é sobretrabalho. A jornada de trabalho é uma grandeza flutuante em que:

*“O capitalista tem um único impulso vital, o impulso de valorizar-se, de criar mais-valia, de absorver com sua parte constante, os meios de produção, a maior massa possível de mais-trabalho. O capital é trabalho morto, que apenas se reanima, à maneira dos vampiros, chupando trabalho vivo e que tanto mais quanto mais trabalho chupa.”*³⁴

No capitalismo o trabalhador não dispõe de um tempo para si, e se assim o fizer estará roubando o capitalista, por isso o limite moral é sempre social, que por sua vez é cultural. Numa formação sócio-econômica que prepondere o valor de uso sobre o valor de troca, o mais-trabalho é limitado. Na antiguidade o sobretrabalho voltava-se para aquisição de ouro e prata, já no mundo burguês o prolongamento da jornada de trabalho traduz a voraz busca pela obtenção do lucro sobre o sobretrabalho. Assim, segundo Marx, o capitalista *“tem mais o que fazer do que fabricar aço. A produção de aço é mero pretexto para a produção de mais-valia.”*³⁵ Por isso Marx pergunta: o que é uma jornada de trabalho? Quanto tempo o capital pode consumir a força de trabalho? Quanto tempo pode ser prolongada a jornada de trabalho além do necessário? Marx ainda assinala que:

³³ MARX, Karl. *Os economistas*. In: “O capital”. Vol. I, Livro I. Nova Cultural: SP, 1996: 333.

³⁴ MARX, Karl. *Os economistas*. In: “O capital”. Vol. I, Livro I. Nova Cultural: SP, 1985: 189.

³⁵ MARX, Karl. *Os economistas*. In: “O capital”. Vol. I, Livro I. Nova Cultural: SP, 1985: 210.

“Entende-se por si, desde logo que o trabalhador durante toda a sua existência, nada mais é que força de trabalho e que, por isso, todo o seu tempo disponível é por natureza e por direito tempo de trabalho, portanto, pertencente à autovalorização do capital. Tempo para educação, para o desenvolvimento intelectual, para o preenchimento de funções sociais, para o convívio social (...) pura futilidade.”

36

A produção da mais-valia é o vértice do sistema capitalista, o centro em torno do qual gravita sem cessar a constante da reprodução do sistema. Nesse sentido, o capital atropela os limites morais e os limites físicos por mais-trabalho, sugando o indivíduo em sua totalidade humana, logo a produção capitalista é essencialmente produção de mais-valia por meio de mais-trabalho. Obviamente que o fim do capital é extrair do trabalho a maior quantidade possível de força de trabalho, mesmo sabendo que o trabalhador se desgasta, o que na verdade não importa, pois o trabalhador ganha o suficiente para prover sua vida o tempo necessário para, por meio da família, reproduzir mais força de trabalho. Por isso: *“O valor da força de trabalho compreende, entretanto, o valor das mercadorias necessárias para a reprodução do trabalhador ou a propagação da classe trabalhadora.”*³⁷

O sobretrabalho é uma tortura lenta que o capital explora como o senhor de engenho explorava o seu escravo. Mesmo que tal tragédia se efetive, o refazimento do capitalismo como sistema talvez esteja na própria ação dos movimentos civis, que o prolongam por meio de acordos com as forças sociais que o controlam, no sentido de superar as contradições de si, buscando na diminuição do número de trabalhadores o aumento da mais-valia pela procura incessante das forças tecnológicas. A tecnologia está a serviço do capitalismo assim como Deus está a serviço da teologia da prosperidade. Essa massa de trabalho posta em movimento pelo capitalista pode ser lida como: o maior esforço possível do conjunto de força de trabalho atrelado ao menor custo com o trabalho pelo desenvolvimento da tecnologia, obtendo, assim, multiplicidade de desempenho através da divina mais-valia relativa.

³⁶ Idem, 1985: 211.

³⁷ Idem, 1985: 212.

O que significa o sobretrabalho, tomar uma determinada quantidade de tempo de trabalho necessário? Isto quer dizer que se deve revolucionar os meios de produção para não só ganhar tempo como obter mais lucro com o aumento da produção, barateando o trabalho necessário. Logo um dado importante: na mais-valia relativa, embora não se dê como na mais-valia absoluta, ela procura extrair o máximo do operário naquele justo instante da jornada de trabalho por meio de avanços tecnológicos. Isso quer dizer que a escala de produção deve assumir ao máximo do aperfeiçoamento tecnológico através da produção em massa. Nesse sentido, mercadoria barata diminui o valor da força de trabalho porque o barateamento do preço da mercadoria significa que o capitalista obteve, desde já, o lucro com a necessária mais-valia e nesse caso pode vendê-la a um bom preço, isso ressalta, também, que o barateamento da produção está diretamente ligado à industrialização da produção.

*“O verdadeiro valor de uma mercadoria, porém, não é seu valor individual, mas sim seu valor social, isto é, não se mede pelo tempo de trabalho que custa realmente ao produtor, no caso individual, mas pelo tempo de trabalho socialmente exigido para sua produção”*³⁸

O trabalho é uma categoria social porque implica troca e troca necessariamente diz respeito a relações sociais. Segundo Marx, para o capitalista o seu interesse está na mais-valia e a realização da venda de mercadoria, e não no seu valor absoluto. Ao encurtar a jornada de trabalho pelo aumento da produção, graças ao desenvolvimento das forças produtivas, graças ao avanço da tecnologia industrial, o trabalhador trabalha mais e ganha menos. Trabalha mais porque antes produzia 120 unidades de x em 12h, hoje produz em 8h 320 unidades de x, percebendo valor igual e ao mesmo tempo menor. Igual porque seu salário nominalmente não aumentou; menor em razão do fato de se comparar com os ganhos excedentes do capital sobre o trabalho dispensado na produção. Observa-se o desemprego estrutural (exército industrial de reserva) como uma resultante do avanço tecnológico, tornando-se benéfico a permanente contenção do valor-salário pago ao trabalhador pelo capitalista. Ao produzir mercadoria em escala veloz, face ao processo anterior, a produção capitalista emprega um número grande de trabalhadores sob um mesmo capital. A natureza da produção capitalista e o seu fim, a mais-valia, é social-cooperativa. Decorre da própria cooperação capital individual necessário ao emprego de X número de trabalhadores ao mesmo tempo explorados

³⁸ MARX, Karl. *Os economistas*. In: “O capital”. Vol. I, Livro I. Nova Cultural: SP, 1985: 252.

sob a massa de mais-valia produzida, suficiente para o trabalhador manual cooperar com outros no processo industrial e transformar o pequeno patrão em capitalista. Logo que o trabalho se submete ao capital, este passa a ser o maestro da orquestra cuja função é a direção dos trabalhadores isolados entre si, no entanto, sob a batuta do capital passam a cooperar entre si.

Marx acentua que o operário é um modo específico do capital acumulado pelo capitalista porque desempenha força de produção do capital. O trabalhador além de fornecer mais-valia sustenta o modo de produção capitalista por absorver, pelo processo ideológico, o consumo de objetos desnecessários à vida.

6. Conclusão

Segundo Marx, o mundo sensível é produto histórico no qual vivemos e a partir do qual produzimos nossa existência como resultado da atividade de inúmeras gerações.³⁹ Nesse caso as formações sociais se constituem levando em conta as condições materiais de produção e da divisão social do trabalho. Logo, as mudanças históricas são determinadas pelas modificações dessas duas condições assinaladas necessárias à constituição de nossa consciência. Essa maneira de pensar foi denominada por Friedrich Engels (1820-1895)⁴⁰ de materialismo histórico, concepção segundo a qual o homem é um ser histórico influenciado pelas relações sociais de produção material.

Marx compreendeu que a história não acontece segundo um processo linear e contínuo, mas desvela-se num devenir de transformações sociais determinadas pelas contradições entre os meios de produção, a forma de propriedade, as forças produtivas, o trabalho por meio dos seus instrumentos e as técnicas nele envolvidas. Nesse sentido, Marx se coloca como um pensador crítico da tradição metafísica ocidental, em particular do pensamento de Hegel, que interpretou o processo histórico e a formação da consciência e suas representações não levando em conta as bases materiais da vida produzida pelos homens. O próprio Marx no Posfácio em *O capital* pondera que sua tarefa é *desinverter* a análise hegeliana do homem, superando sua forma ilusória de pensar o real, asseverando que as idéias são determinadas pelas condições materiais de vida dos indivíduos. A consciência, que segundo a filosofia hegeliana fora pensada como livre e autodeterminada,

³⁹ MARX, K, e ENGELS, F. *A ideologia Alemã*. São Paulo: Editora Hucitec, 1999: 37.

⁴⁰ ENGELS, F. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. Lisboa: Estampa, 1978.

passa segundo Marx, a ser concebida pela condição do trabalho. Para Marx, a análise da vida social deve ser feita através de uma perspectiva que privilegie os fatos concretos, tendo por ponto de partida “ *os indivíduos reais, a sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas, como as produzidas por sua própria ação.*” ⁴¹ Assim, o método que elaborou para abordar a totalidade da vida social foi denominado de materialismo histórico. Essa concepção teórica partiria das relações materiais que os homens estabelecem entre si ao produzirem seus modos de vida. Conforme esse ponto de vista, e estendendo ao pensamento econômico de sua época, Marx se diferencia dos economistas clássicos em razão de que sua análise sempre repousa sobre a produção social dos homens, e não nas formas ideais e imaginárias produzidas pela classe que domina os meios de produção material.

Partindo dessa premissa, Marx concebe as transformações sócio-econômicas como um processo histórico independente da vontade dos indivíduos isolados, mas sim pelas lutas que os homens travam quando da tomada de consciência, permitindo que dominem e orientem essas mesmas transformações quando se rompe o laço da ideologia. Nesse caso a questão central de Marx passa a ser o *trabalho* como relação entre a espécie humana e o seu ambiente natural. A espécie humana regula suas relações com a natureza através do trabalho, formando assim, o mundo em que vivemos. ⁴²

Nesse processo de trabalho não só a natureza é alterada como o próprio homem que trabalha também se altera continuamente. O materialismo teorizado por Marx pretende ser uma explicação científica da história dos homens produzindo sua vida sobre a natureza, analisando os diferentes estágios caracterizados através da noção de *relações de produção*. Marx entendeu que a análise filosófica dominada pela metafísica não dava conta da realidade, por isso construiu seu modelo teórico a partir da economia política, pois tal categoria epistemológica uniria as perspectivas da história, da política, da economia e de uma ciência social. Uma totalidade unindo teoria e prática na perspectiva de pensar o conjunto pela realidade dada pela *práxis*. ⁴³

⁴¹ MARX, K e ENGELS, F. *A ideologia Alemã*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1999: 26-27.

⁴² MARX, K. *Os Pensadores*. In: “Contribuição à Crítica da Economia Política”, SP: Cultural, 1996: 53.

⁴³ Aristóteles estabeleceu importante distinção entre *poiesis*, ação construtora por meio do trabalho e de técnicas, e a *praxis* como ação livre do sujeito político. Esse pensador valorizou a *praxis* em detrimento da *poiesis* pelo fato da sociedade grega ser escravagista, que desvalorizava o trabalho entendendo-o como atividade inferior se comparado à ação livre do cidadão para a teorização da realidade. Marx, tomando essa categoria aristotélica, a inverte e impõe outro significado, que é “*ação, (...) atividade livre, universal, criativa e autocriativa, por meio da qual o homem cria e transforma seu mundo humano e*

É pela produção e troca de mercadorias que os homens engendram seus pensamentos e suas formas de vida, cuja criação está na base das relações concretas que os homens trocam entre si. Diga-se de passagem, o pensamento de Marx fundamenta-se na concepção segundo a qual as relações materiais dos homens, dentro de uma concretude real, produzem suas condições básicas de suprir a existência, como também criam suas idéias e o conjunto de sua imaginação. Dessa forma a historiografia deve partir necessariamente dessas premissas, isso porque o homem faz história quando produz as bases da existência no processo de auto-reprodução, levando em conta que a produção dos indivíduos tem como pressuposto suas relações sociais. Nesse passo acerta Louis Althusser (1918-1990),⁴⁴ ao afirmar que a matéria-prima do materialismo histórico são as relações sociais entendidas como *“acção conjugada de vários indivíduos, não importa em que condição, de que maneira e com que objetivo”*,⁴⁵ visto que a relação social passa pela existência de indivíduos produzindo a si mesmos historicamente, descartando, por assim dizer, a tese liberal do indivíduo isolado e naturalmente portador de qualidades independentes da formação social em que vive. Assim sendo, Marx assinala para o fato de que não existindo homens isolados também não há história particular, mas a história dos homens pela unidade da vida concreta em toda sua materialidade, pois o homem não estando separado dessa formação social, sua história é uma história de tudo que se relaciona consigo, levando em consideração as circunstâncias estruturais do momento. O materialismo histórico não tem outro sentido senão situar o homem no seu próprio mundo, e a esse respeito Lenine assevera que *“o materialismo histórico permite, pela primeira vez, estudar com a precisão das ciências naturais as condições sociais das massas e as modificações destas condições.”*⁴⁶

A observação de Lenine é pertinente na medida em que situa o materialismo histórico como um marco na pesquisa historiografia contemporânea, reinventando, por assim dizer, o próprio significado de história atrelando-a a produção material dos homens e suas reais condições de vida. Lenine enfatiza que o materialismo histórico, assim como as ciências naturais, buscam o dado da objetividade como critério de desmistificação da idealidade histórica.

histórico, e a si mesmo”. BOTTOMORE, Tom (org.). *Dicionário do pensamento marxista*. RJ: Jorge Zahar Editores, 1993: 292. Para Marx o plano da autocrítica é a relação de dependência entre teoria e prática.

⁴⁴ ALTHUSSER, Louis. *A favor de Marx*. RJ: Zahar Editores, 1979. Ler também do mesmo autor *Materialismo histórico e materialismo dialético*. SP: Gobar Editorial, 1979.

⁴⁵ MARX, K e ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Lisboa: Presença, 1974: 35.

⁴⁶ LENINE, Vladimir U. *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*. SP: Global, 1983: 24.

Por isso, ao contrário dos economistas clássicos, para Marx não existe uma lei universal da economia, uma vez que cada regime econômico engendra suas próprias leis, e as leis econômicas de cada regime expressam abstratamente relações sociais que definem um determinado modo de produção, e a lei do processo de produção capitalista é a busca incessante da mais-valia. Sendo assim, entende-se que, tendo o lucro como lei essencial do capitalismo, a propriedade privada dos instrumentos de produção constitui a base nuclear como pressuposto de sua validade, logo é preciso compreender o mecanismo de produção capitalista como um processo de troca sistemática de mercadorias, isso porque ao compreendê-lo nos apropriamos da gênese da própria sociedade contemporânea, que ao produzir economicamente a mais-valia reproduz as relações sociais como um conjunto de valores coisificantes. Essa descoberta feita por Marx ao longo de suas pesquisas e expostas especialmente em *O capital*, ressalta a mercadoria como elemento propulsor desse sistema. Talvez seja essa a grande tragédia do mundo contemporâneo: o homem-mercadoria sem consciência de si, que ignora o trabalho como único elemento *quantificável* que se descobriu na mercadoria, cuja produção ou cultivo determina-se como produto demandado socialmente.

Marx descobriu que o sentido de alienação tem sua origem na vida econômica, porquanto o operário, ao vender sua força de trabalho, não toma parte do produto de si, que, ao ir além de si, passa a pertencer, estranhamente, ao mundo objetivado do lucro, do qual é excluído. Por sua vez, essa exclusão impõe ao próprio operário o desconhecimento das forças que operam no modo de produção capitalista que, promovendo um não-reconhecimento de si, produz uma não-consciência da realidade sob a qual está inserido. Portanto, essa não-consciência do operário é o resultado de mecanismos poderosos que ensejam sua alienação diante da realidade, com isso separando, propositalmente, o produtor de sua produção. Define-se esse particular pela categoria do fetichismo, onde o produtor, nesse caso, o trabalhador, toma o produto como uma realidade autônoma e tirânica, dominando a própria subjetividade que permeia as relações sociais. O fetichismo em última instância se define como a *coisificação* do homem e a *humanização* da mercadoria, esta retira as qualidades daquele e desumaniza a própria condição do trabalhador.

Concordando com Aluizio Alves Filho, enfatizo que uma das tantas contribuições teóricas de Marx é justamente a tese de que o pensamento ideológico inverte a determinação do real, por isso, se voltando contra as posições do idealismo hegeliano, se posiciona contra a tradição metafísica que colocou a realidade de cabeça para baixo. Aposta Marx, com isso, na elaboração teórica de se

olhar o real *desinvertidamente*, isto é, assinala que o nosso olhar sobre o real é marcado pelas falsas representações que fazemos sobre as coisas que nos envolvem, e, conseqüentemente, sobre nós mesmos. Nesse sentido, pode-se tomar a alienação como um estado de não-consciência em que o indivíduo não se percebe como referência, mas sim o que produz sem considerar sua energia gasta nesse processo. Ora, o fetichismo da mercadoria é justamente pensar os objetos como autoprodução de si-mesmos, ignorando que a alma existente em cada coisa criada pelo homem é um pedaço da sua força de trabalho. A forma ideológica de pensar a realidade impede o trabalhador de não perceber que toda produção capitalista esteja assentada nessa ignorância, que, por sua vez, leva o possuidor da força de trabalho a ignorar que a base da riqueza material é precisamente o trabalho, isso porque o trabalho em si não é somente categoria econômica, mas, acima de tudo constituição de toda riqueza social.

Qualquer que seja o estado de alienação em que vive um determinado indivíduo sempre será em razão de não perceber que o trabalho, como valor máximo do homem, desvincula-se da massa da riqueza social existente, com isso não só o empobrecendo do ponto de vista material, mas, sobretudo o espiritual, desumanizando sua qualidade de ser. Resta assinalar, que essa coisificação que o homem sofre no mundo contemporâneo tem sua gênese na crueza do capitalismo. Marx acerta quando assinala que o homem transfere para as mercadorias as qualidades existentes em si, e nesse caso o fetichismo é mais um aspecto das formas ideológicas de representação da realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLIEZ, Eric. *Tempos capitais*. RJ: Edições Siciliano, 1991.

ALTHUSSER, Louis. *La revolución teórica de Marx*. Madrid: Siglo Veinteuno, 1971.

_____. *A favor de Marx*. RJ: Zahar Editores, 1979.

_____. *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*. Lisboa: Presença.

ALVES FILHO, Aluizio. "A ideologia como ferramenta de trabalho e o discurso da mídia". In *Revista Comum*, vol. 5, nº 15 - Faculdades Integradas Hélio Alonso, 2000.

ARISTÓTELES. *Política*. Brasília: UnB, 1997.

_____. *Ética a Nicômaco*, Brasília: UnB, 2001.

_____. *Metafísica*. SP: Loyola, 2002.

- BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico*. RJ: Contraponto, 1996.
- BOTTOMORE, Tom (org.). *Dicionário do pensamento marxista*. RJ: Jorge Zahar Editores, 1993.
- ENGELS, F. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. Lisboa: Estampa, 1978.
- HEGEL, F. *Ciencia de la lógica*. 2º ed. Buenos Aires: Ediciones Solar, 1968.
- _____. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas*. vol. III. SP: Loyola, 1995.
- _____. *Fenomenologia do espírito*. Vol. I. Petrópolis, 1998.
- HIRST, Paul et alii em *O capital de Marx e o capitalismo de hoje*. Vol. I. RJ: Zahar Editores, 1980.
- LENINE. *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*. SP: Global, 1983.
- _____. *Obras completas*. In: Cuadernos filosóficos. Vol. 29. Moscú: Progreso 1986.
- LOCKE, John. *Segundo tratado do governo civil*. SP: Ibrasa, 1963.
- MARX, Karl. *Os pensadores*. In: "Salário, preço e lucro". .SP.:Abril: 1979.
- _____. *Os economistas*. In: "O capital". Vol. I, Livro I. Nova Cultural: SP, 1985.
- _____. *Os economistas*. In: "O capital".Vol. I, Livro I. Nova Cultural: SP, 1996.
- _____. *Os Pensadores*. In: "Prefácio da Contribuição à Crítica da Economia Política", SP: Nova Cultural, 1996.
- MARX, K e ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Lisboa: Presença, 1974.
- _____. *Ideologia Alemã*. SP: Hucitec, 1999.
- _____. *Obras escolhidas*. Vol. II. In: "As lutas de classes na França de 1848 a 1850". SP: Alfa-Ômega, 1977.
- REALE G. e ANTISERI, D. *História da filosofia*. Vol. III. SP: Paulinas, 1991.
- REALE, Giovanni. *História da filosofia antiga*. Vol. II. SP: Loyola, 1994.
- ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O capital* de Marx. RJ: Contraponto-Eduerj, 2001.
- TROTTA, Wellington. *A Crítica da Filosofia do direito de Hegel como matéria-prima do pensamento político de Marx em 1843*. Dissertação de Mestrado. RJ: IFCS-UFRJ: 2004.
- VÁSQUES, Adolfo S. *Ética*. RJ: Civilização Brasileira, 1975.

RESUMO: O presente texto tem por objetivo chamar a atenção para relevantes aspectos da contribuição de Marx tratando-o como teórico cuja obra continua sendo referencial para análises do modo de produção capitalista e das especificidades de seus situações concretas, e não como um profeta ou mero ideólogo. A exposição

está construída em torno de três questões centrais da teoria marxista, assim como alguns de seus desdobramentos: o valor trabalho, a mais-valia e a força de trabalho.

Termino o presente texto com uma conclusão onde faço algumas considerações importantes para uma retomada do Marx filósofo, humano, não um profeta ou ideólogo, mas como o maior problematizador do mundo contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVE: ideologia, alienação, mais-valia, sobretrabalho e mercadoria.

* Este texto inspirou-se no sentido de *ideologia* desenvolvido pelo cientista político Aluizio Alves Filho, a quem dedico estas linhas, ainda que repleta de erros, sem prejuízo para o renomado professor que toma o pensamento de Marx *"como um carro de formula um , veloz e perigoso para quem não sabe pilotar"*.

** Wellington Trotta é bacharel em Direito e licenciado em Filosofia, mestre em Ciência Política pelo IFCS-UFRJ, ex-bolsista da FAPERJ, atualmente leciona Filosofia do Direito e Filosofia e Ética na UNESA.